

Demonstrações Financeiras

2B Capital S.A.

2025



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanco Patrimonial ... 4 e 5

Demonstração do Resultado do Exercício ... 6

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 8

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 9

Notas Explicativas da Administração ... 10

Relatório do Auditor Independente ... 22

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da 2B Capital S.A. ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 16.560 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 262.972 mil e Ativos Totais de R\$ 271.995 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Demonstrações Financeiras

2B Capital S.A.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
ATIVO			
Circulante		270.177	259.419
Caixa e Equivalentes de Caixa	6 e 17	262.029	2.137
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7	-	255.422
Tributos a Compensar ou a Recuperar	18g	7.935	1.295
Outros Ativos	8	213	565
Não Circulante		1.818	1.724
Ativos Fiscais Diferidos	18c,d	1.482	1.308
Imobilizado	9	802	802
Depreciação Acumulada	9	(466)	(386)
Total do Ativo		271.995	261.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

2B Capital S.A.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
PASSIVO			
Circulante		9.023	10.664
Salários e Ordenados		4.555	4.073
Dividendos a Pagar	10c	3.933	2.856
Impostos, Encargos e Contribuições a Recolher	18f	535	3.687
Passivos Fiscais Diferidos	18c,e	-	37
Outros Passivos		-	11
Não Circulante		-	61
Outros Passivos		-	61
Patrimônio Líquido	10	262.972	250.418
Capital Social	10a	224.167	224.167
Reservas de Lucros	10b	38.805	26.178
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	73
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		271.995	261.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

2B Capital S.A.

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
RECEITAS OPERACIONAIS		780	1.660
Receita líquida de Prestação de Serviços	12	708	1.212
Receitas de Prestação de Serviços		732	1.237
Impostos e contribuições sobre Serviços		(24)	(25)
Outras Receitas Operacionais		72	448
DESPESAS OPERACIONAIS		(10.168)	(12.049)
Despesas Gerais e Administrativas	15	(1.420)	(1.844)
Despesas com Depreciação	16	(80)	(80)
Despesas de Pessoal	13	(6.911)	(8.625)
Despesas Tributárias	14	(1.752)	(1.498)
Outras Despesas Operacionais		(5)	(2)
Resultado Financeiro	11	34.176	28.465
Receitas Financeiras		34.180	28.479
Despesas Financeiras		(4)	(14)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		24.788	18.076
Imposto de Renda e Contribuição Social	18a,b	(8.228)	(6.053)
Lucro Líquido do Exercício		16.560	12.023
Número de ações por mil		60.013.821	60.013.821
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$		0,28	0,20

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	16.560	12.023
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(73)	(242)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(110)	367
Efeito dos Impostos	37	(125)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	16.487	11.781

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

2B Capital S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	TOTAIS
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	224.167	1.116	15.895	315	-	241.493
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(242)	-	(242)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	12.023	12.023
Destinações:						
Reservas	-	601	8.566	-	(9.167)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(2.856)	(2.856)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	224.167	1.717	24.461	73	-	250.418
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(73)	-	(73)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	16.560	16.560
Destinações:						
Reservas	-	828	11.799	-	(12.627)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(3.933)	(3.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	224.167	2.545	36.260	-	-	262.972

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

2B Capital S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido / (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	24.788	18.076
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo) antes dos impostos	(2.802)	(27.776)
Depreciações/amortizações	80	80
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(2.882)	(27.895)
Despesas de Arrendamentos	-	39
Lucro Líquido Ajustado	21.986	(9.700)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	258.123	14.109
Aumento/(Redução) em Outros Ativos	(6.180)	2.609
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(6.343)	(2.689)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.838)	(4.432)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	262.748	(103)
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado	-	(4)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	-	(4)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(2.856)	(3.384)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(2.856)	(3.384)
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	259.892	(3.491)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	2.137	5.628
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	262.029	2.137
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	259.892	(3.491)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2B CAPITAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A 2B Capital S.A. ("2B Capital" ou "Sociedade") é uma Sociedade que tem por objetivo a administração de recursos de terceiros, compra e venda de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais e a participação em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista. A 2B Capital S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A Sociedade está domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 8º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 20 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 06.

2.4. Ativos Financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 07.

2.5. Outros Ativos

São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não há qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48.

2.6. Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados.

2.7. Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

•Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

•Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

•Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa 2.4.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	25
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Móveis e utensílios	5 a 10

A composição do ativo imobilizado está apresentada na Nota 09.

2.9. Arrendamento

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R2), ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso (“Ativo de Arrendamento”) igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor.

O contrato de locação do imóvel comercial foi encerrado em janeiro/2024, o qual resultou a baixa dos ativos de direito de uso e na liquidação das obrigações de arrendamento. A partir de Fevereiro/2024 a empresa não possui mais contratos de arrendamento vigentes.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período.

2.11. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas, passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.12. Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.13. Reconhecimento de receitas

O CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. A Sociedade atua com gestão de carteiras, e os clientes obtêm informações dos serviços de gestão de fundos mensalmente, conforme os serviços são prestados. As faturas são emitidas ao final de cada mês e devem ser pagas, normalmente, em até 90 dias. A receita é reconhecida mensalmente conforme os serviços de gestão de fundos são prestados e as obrigações de desempenho são cumpridas.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está apresentada na Nota 12.

2.14. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre certificados de Depósito Bancário. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

A composição da Receita Financeira está apresentada na Nota 11.

2.15. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais Diferidos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Passivos Fiscais Diferidos”.

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como os valores dos ativos fiscais diferidos não ativados, estão apresentados na Nota 18.

2.16. Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.17. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

2.18. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas

alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência das despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC40/IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, de modo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

c) Classificação e avaliação dos ativos financeiros - Nota Explicativa 07

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

d) Reconhecimento da Receita – Nota Explicativa 2.13

Se a receita dos serviços de gestão de fundos é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

e) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos – Nota Explicativa 18 c.

Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro		
	2025	2024
Certificados de Depósito Bancário ^{(1) (2)}	262.029	2.137
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	262.029	2.137

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

(2) O aumento refere-se basicamente a nova aplicação em CDB com recursos utilizados de vencimento de aplicação em Letras Financeiras.

7. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 2024, a Sociedade detinha R\$ 255.422 em Letras Financeiras com vencimento em 31 de janeiro de 2025. No respectivo vencimento, ocorreu o resgate integral desses títulos. Como não foram realizadas novas aplicações financeiras com características semelhantes após essa data, em 31 de dezembro de 2025 a Sociedade não possuía ativos classificados como “Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes”.

8. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro		
	2025	2024
Taxas de Administração a receber ⁽¹⁾	-	318
Despesas Antecipadas	213	242
Adiantamentos Funcionários	-	5
Total	213	565

Notas Explicativas da Administração

2B Capital S.A.

9. IMOBILIZADO

	Taxa Anual	Custo	Impairment	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
					Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Móveis e Utensílios	10%	9	-	(5)	4	5
Máquinas e Equipamentos	10%	16	-	(15)	1	3
Aparelhos e Equipamentos	10%	5	(1)	(1)	3	3
Benfeitorias	10%	772	-	(444)	328	405
Total em 31 de dezembro de 2025		802	(1)	(466)	336	-
Total em 31 de dezembro de 2024		802	(1)	(386)	-	416

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 224.167 (2024 – R\$ 224.167), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de Dezembro	
	2025	2024
Ordinárias	60.013.821	60.013.821
Total	60.013.821	60.013.821

b) Reservas de lucros

	Em 31 de Dezembro	
	2025	2024
Reservas de lucros	38.805	26.178
Reserva legal ⁽¹⁾	2.545	1.717
Reserva estatutária ⁽²⁾	36.260	24.461

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos juros sobre o capital próprio/dividendos relativos aos exercícios de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de Dezembro			
	2025	% ⁽¹⁾	2024	% ⁽¹⁾
Lucro Líquido do Exercício	16.560		12.023	
Reserva Legal	(828)		(601)	
Base de Cálculo	15.732		11.422	
Dividendos mínimos obrigatórios	3.933	25	2.856	25

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

11. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
	2025	2024
Receitas Financeiras	34.180	28.479
Receitas de aplicações em Letras Financeiras	2.774	27.786
Receitas de aplicações em Certificado de Depósito Bancário	31.294	583
Juros e Variações Monetárias	112	110
Despesas Financeiras	(4)	(14)
Juros e Variações Monetárias	(4)	-
Despesas Financeiras de Arrendamentos	-	(14)
Resultado Financeiro	34.176	28.465

12. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
	2025	2024
Taxa de gestão de recursos de terceiros	732	1.237
Impostos e Contribuições sobre Serviços	(24)	(25)
Total	708	1.212

13. DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
	2025	2024
Proventos e Gratificações	4.201	6.882
Encargos Sociais	2.619	1.548
Despesa de Benefícios	91	195
Total	6.911	8.625

14. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
	2025	2024
Contribuição a Cofins	1.457	1.250
Contribuição ao PIS	242	209
Impostos e Taxas Diversas	53	39
Total	1.752	1.498

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Despesa de Serviços de Terceiros	833	1.366
Despesa de Seguros	304	230
Despesa com Patrocínio/Doação	228	73
Despesa de Associações de Classe	37	48
Despesa com Viagens	6	43
Despesa com Alimentação	7	24
Despesa de Condomínio	-	23
Despesa de Arrendamento Mercantil	-	25
Despesa com Transportes	4	11
Outros	1	1
Total	1.420	1.844

16. DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO

As despesas com depreciação totalizaram R\$ (80) (2024 – R\$ (80)), refletindo a variação decorrente da depreciação dos ativos imobilizados no período.

Notas Explicativas da Administração

2B Capital S.A.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Bradesco Holding de Investimento S.A) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir inclui os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2025	2024	2025	2024
Certificados de Depósito Bancário - CDB	262.029	2.137	-	-
Banco Bradesco S.A.	262.029	2.137	-	-
Letras Financeiras - LF	-	255.422	-	-
Banco Bradesco S.A.	-	255.422	-	-
Dividendos a Pagar	3.933	2.856	-	-
Bradesco Holding de Investimento S.A.(BHI)	3.933	2.856	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	-	-	31.294	583
Banco Bradesco S.A.	-	-	31.294	583
Rendimento de aplicações em LF	-	-	2.774	27.786
Banco Bradesco S.A.	-	-	2.774	27.786

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	24.788	18.076
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) às alíquotas vigentes	(8.428)	(6.146)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(52)	(4)
Outros valores	252	97
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(8.228)	(6.053)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(8.402)	(5.485)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	174	115
Constituição/realização no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	-	(343)
Prejuízo fiscal	-	(340)
Total dos impostos diferidos	174	(568)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(8.228)	(6.053)

c) Origem dos ativos e passivos fiscais diferidos

Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2024	Constituição	Realização	2025
Provisão para Reestruturação	21	-	(21)	-
Provisão para Pagamento PLR	1.287	897	(702)	1.482
Total dos ativos diferidos	1.308	897	(723)	1.482
Passivos fiscais diferidos (Nota 18e)	37	-	(37)	-
Ativos fiscais líquidos dos passivos fiscais diferidos	1.271	897	(686)	1.482

d) Previsão de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias

Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	1.090	392	1.482
Total	1.090	392	1.482

A projeção de realização dos ativos fiscais diferidos é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 1.450 (2024 – R\$ 1.253) de diferenças temporárias.

Todos os ativos fiscais diferidos da "Sociedade" foram devidamente ativados.

e) Passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro				
	2024	Constituição	Realização	2025
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	37	-	(37)	-
Total dos passivos fiscais diferidos (Nota 18c)	37	-	(37)	-

Notas Explicativas da Administração

2B Capital S.A.

f) Impostos, encargos e contribuições a recolher

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
IRPJ e CSLL	206	3.183
IRRF	61	136
FGTS	28	31
INSS	93	74
ISS	-	3
PIS e COFINS	147	160
Encargos Sociais	-	100
Total	535	3.687

g) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 7.935 (2024 – R\$ 1.295) referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;
- b) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024; e
- c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

A DIRETORIA

Marcio Gregório Neves Chervinski
Contador – 1SP349614/0-6



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
2B Capital S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da 2B Capital S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 2B Capital S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante

em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4



bradesco